

Consenso está nascendo no trabalho dos blocos

Ulysses, Covas e Cardoso apostam nas negociações sabendo que restarão pontos polêmicos



Grupo "progressista" se reuniu no Senado, ultimando seu trabalho sem conseguir consenso em torno de 19 itens do projeto

Grupo dos 32 proíbe aborto

Em reunião ontem pela manhã, o grupo coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR) modificou significativamente o texto do projeto constitucional na parte relativa à saúde, adotando um sistema integrado público e privado; limitou às pessoas carentes o direito à gratuidade da celebração do casamento civil; introduziu expressão para proibir o aborto; municipalizou o amparo ao menor; retirou artigo que garantia aos maiores de 65 anos o direito de não pagar a tarifa de transporte coletivo urbano; e alterou o item sobre as contribuições para a Seguridade Social. Em encontro anterior, o grupo havia substituído a proposta da Comissão de Sistematização de relação de emprego estável, para "relação de emprego duradoura e indeterminada".

Na parte relativa à saúde, segundo informou o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), "caiu o fun-

damento ideológico da estatização, e adotou-se o sistema de saúde integrado, público e privado". As principais conquistas de um grupo de médicos que atuou na subcomissão e na comissão destinadas ao exame do tema foram suprimidas pelo chamado "grupo dos 32". O bloco de Richa entendeu que o item II do artigo 344, segundo o qual o Estado assegura o direito à saúde mediante o acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços de proteção e recuperação da saúde, de acordo com as necessidades de cada um, significava a estatização do setor, conforme explicou Nyder Barbosa. Oito artigos do projeto foram retirados, e a assessoria redigirá um novo texto.

O grupo eliminou a possibilidade de o Poder Público intervir nos serviços de saúde de natureza privada necessários ao alcance dos objetivos da política nacio-

nal do setor. Retirou também a possibilidade de desapropriação, e estabeleceu apenas que o Poder Público fiscalizará a iniciativa privada.

O projeto constitucional veda a destinação de recursos públicos para investimento em instituições privadas de saúde com fins lucrativos. Pelo texto do grupo dos 32, a proibição é limitada aos recursos orçamentários. Todas essas decisões foram tomadas por maioria de votos, em reunião que contou com a participação de cerca de 30 constituintes.

Uma mudança significativa também foi promovida em relação à Seguridade Social, que, segundo o projeto, será financiada compulsoriamente por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante as contribuições sociais, e recursos provenientes da receita tributária da União. O projeto define as contribuições sociais. Na redação

dada pelo grupo dos 32, fica apenas que lei complementar regulamentará o Fundo de Seguridade Social.

Os constituintes liderados por Richa analisaram também a parte referente ao meio ambiente, e, entre outras decisões, retiraram a necessidade de ser de forma concorrente o estabelecimento pela União, os Estados, o DF e os municípios, de restrições legais visando à proteção ambiental e à defesa dos recursos naturais.

No capítulo sobre Família, Menor e Idoso, uma modificação de redação foi feita, segundo Nyder Barbosa, para que não ficasse permitida a união entre homossexuais. O texto aprovado avança ao prever as entidades familiares, e é o seguinte: "A família, base da sociedade, constituída pela união estável entre o homem e a mulher, as entidades familiares formadas por qualquer dos pais ou por responsável

legal e seus dependentes, consanguíneos ou não, têm direito à especial proteção social, econômica e jurídica do Estado e demais instituições".

O grupo manifestou-se contra o aborto, ao explicitar que é dever do Estado proteger o menor garantindo-lhe o direito à vida "desde a sua concepção", e descentralizou o amparo ao menor, ao municipalizá-lo. Além disso, retirou artigo que desobrigava do pagamento da tarifa de transporte coletivo de passageiros urbanos os cidadãos maiores de sessenta e cinco anos.

Na parte relativa ao trabalhador, retirou-se a obrigatoriedade de o salário mínimo ser nacionalmente unificado, e substituiu-se a expressão "relação de emprego estável" — uma dos temas mais polêmicos — por relação de emprego duradoura e indeterminada.

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, aposta nas negociações entre os vários partidos e blocos suprapartidários em torno do projeto da futura Constituição, mas não tem a menor esperança de que surja acordo em torno de alguns pontos polêmicos, em especial o sistema de governo. Ulysses Guimarães disse ontem que, nesse caso, as convicções são profundas e que será impossível encontrar um texto que reflita a vontade de uma grande maioria dos constituintes.

A pior opção, para o deputado Ulysses, seria a definição por um sistema misto de governo, que herdaria erros e fraquezas tanto de parlamentarismo como do presidencialismo — que ele, pessoalmente, defende. Ulysses não acredita ainda em consenso em torno da reforma agrária, conceito de empresa nacional e organização sindical, entre outros pontos.

Apesar dos assuntos polêmicos, que fatalmente serão decididos no voto, em plenário o presidente da Constituinte está otimista com o trabalho dos vários grupos suprapartidários que procuram um acordo prévio nas questões constitucionais. Ulysses elogiou o interesse dos grupos e afirmou que o material por eles produzido vai facilitar em muito o trabalho do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, revelou ontem que estimulou a criação do grupo do consenso, liderado pelo deputado Euclides Scalco, e do grupo dos 32, comandado pelo senador José Richa. Ele negou que esses blocos tenham surgido para substituir os partidos e considerou "absolutamente natural" o debate suprapartidário dos itens

mais importantes da Constituição.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do partido majoritário no Senado, os dois grupos estimulados por Covas terminarão se reunindo em torno de pontos consensuais, a despeito das diferenças ideológicas entre seus componentes. Na sua opinião, grande parte dos itens apontados como polêmicos pode ser objeto de acordo. "Essa briga toda que ocorreu até agora na Constituinte envolvia muito mais interesses políticos do que convicções doutrinárias".

Como o líder Mário Covas, Cardoso também não concorda que os grupos tenham aparecido para sobrepor-se aos partidos. "A tarefa dos grupos é apenas a etapa inicial do processo. Os textos que eles produzirem ainda passarão pelo exame de cada partido, isoladamente, antes da votação final em plenário".

BLOCOS

Os dois líderes peemedebistas também convergem num ponto: ao contrário dos grupos que estão debatendo temas constitucionais, a formação de blocos de apoio a este ou aquele interesse específico na Constituinte é "altamente prejudicial". Ambos referiam-se à base parlamentar que o Governo está armando através do líder Carlos Sant'Anna.

"Uma coisa são grupos de trabalho para o debate de questões gerais, outra são blocos permanentes fechados em torno de determinados interesses", afirmou Fernando Henrique. Para Covas, a multiplicidade de agrupamentos não preocupa: "Quem quer que se reúna com o objetivo de encontrar caminhos que facilitem o trabalho constituinte, está prestando um

grande serviço ao País".

O líder peemedebista na Constituinte, contudo, não pretende engajar-se pessoalmente a qualquer dos grupos de trabalho, incluindo a facção liderada pelo deputado Euclides Scalco, um de seus mais fiéis vici-líderes. "Prefiro não participar diretamente para não dar característica partidária às reuniões, mas não só louvo como também estimo este tipo de diálogo".

O senador Mário Covas acredita que, após os entendimentos suprapartidários, não mais que meia dúzia de temas serão decididos no voto em plenário. Entre estes, citou o regime de Governo, a duração do atual mandato presidencial e o voto distrital.

Ele chegou a antecipar a fórmula capaz de produzir o consenso, ao traçar o perfil ideal da futura Constituição: "Gostaria de uma Carta bem enxuta, que se limitasse a definir o espaço onde as forças sociais se moveriam. Desta forma, considero absolutamente dispensável a inclusão de certos assuntos na Constituição. Só para citar um exemplo, quem me diz que a jornada de 40 horas que se pretende introduzir agora não será até excessiva daqui a cinco anos?".

Fernando Henrique Cardoso tem a mesma linha de raciocínio. Na opinião dele, o projeto constitucional pode ser muito reduzido se forem excluídos os artigos característicos da legislação ordinária. Neste caso, o que restará para negociar serão detalhes como a forma de pagamento das desapropriações de terras, percentuais referentes ao sistema tributário, e é claro, os temas políticos mais "quentes", como regime de Governo e mandato presidencial, sendo que estes últimos devem ir mesmo a votação.

Richa e Scalco já se entendem

O primeiro passo concreto para um entendimento entre os blocos coordenados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), que trabalham em alternativas para

presentantes dos dois blocos deveriam estabelecer um roteiro para o entendimento. A reunião terá um caráter preparatório para o encontro de ambos os grupos, na próxima segunda-feira, quando se

dos, os deputados Sandra Cavalcanti (RJ) e Francisco Dornelles (RJ), pelo PFL, e o senador Maurício Corrêa (DF) e o deputado César Maia (RJ), pelo PDT. O bloco de Scalco participará com o senador

Severo Gomes (SP), pelo PMDB, os deputados José

Jorge (PE) e Lúcio Alcântara (CE), pelo PFL, o deputado Plínio Arruda (SP), pelo PT, o deputado Roberto Freire (PE), pelo PCB, o deputado Vivaldo Barbosa (RJ), pelo PDT, o deputado José Maria Eymael (SP), do PDC, e o senador Virgílio Távora (CE), pelo PDS.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique

Cardoso (SP), também estará no encontro, do qual deverá participar ainda o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário

Covas (SP). O relator da Comissão de Sistematização, Prisco Viana e Israel Pinheiro Filho (MG), do PMDB, o deputado Afif Domingos (PL-SP), representando os pequenos parti-

GIVALDO BARBOSA



Calmon, Barbosa, Cardoso Alves e Derzi: os moderados se articulam

Moderados esperam fazer maioria

O primeiro perfil do "bloco" de centro na Constituinte deverá sair hoje, quando os deputados que colhem assinaturas de apoio ao movimento vão se reunir para contabilizar o número de adesões. A reunião começa às dez horas, mas eles fazem questão de manter o local em segredo. Provavelmente será no Hotel Carlton, onde mora o deputado Afif Domingos, um dos líderes do "bloco". Segundo adiantou o deputado Roberto Cardoso Alves, a formalização pública do grupo só ocorrerá quando atingirem 280 assinaturas, números que corresponde a maioria no plenário constituinte.

Ontem a noite, na casa do deputado Carlos Lima, o Centro Democrático, que é parte dos moderados do PMDB, fez uma avaliação da atuação do movimento na Constituinte e debateu os rumos a tomar daqui pra frente. Seus líderes admitem que poderão se inte-

grar ao "bloco" de centro, mas temem serem chamados de direita por ser essa a tendência ideológica das principais lideranças desse grupo. Respondendo a elas, Roberto Cardoso Alves disse que não é de direita e sim de centro, simpatizando até com algumas teses da esquerda.

Entre essas teses, alinhou aquelas que defendem que os direitos sociais atingidos até agora são inarredáveis e admite a necessidade de encontrar meios para dar alguma estabilidade ao trabalhador. Cardoso Alves revelou ontem que se isso adiantar, poderá até concordar com a reforma agrária — "algo que não acredito" — desde que ela só ocorra em terras improdutivas. Ele disse também que não encabeça o "bloco" e ofereceu esse lugar de destaque ao pessoal do Centro Democrático, pelo menos dentro do PMDB, para que assinem o manifesto.

Roberto Cardoso Alves nominou ontem os deputados que ajudam na coleta de assinaturas: Jorge Leite, Jorge Vianna, Paulo Zazur, Gastone Righi, Cunha Bueno, Siqueira Campos, José Lourenço e Amaral Netto. E assegurou que eles são a favor de uma Constituição moderna, progressista, democrática, nos moldes ocidentais, consolidando os direitos dos trabalhadores, a favor do desenvolvimento mas colocando o Brasil ao lado de países desenvolvidos, não de Cuba, Hungria ou Albânia.

Previu depois que chegará rapidamente às 280 assinaturas e, numa demonstração de abertura aos entendimentos, revelou que em alguns aspectos votará com esquerdas, sem contudo, alimentar a ilusão de que terá em algum momento oportunidade de se acertar com elas. Na sua opinião, deve contar mesmo é com os moderados.

Progressistas encerram trabalho

O bloco interpartidário, liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), e que conta com a participação de 103 constituintes de quase todos os partidos, do PT ao PDS, deverá concluir amanhã, com a apresentação de emendas relativas a todos os 19 pontos polêmicos da Constituinte, a primeira fase de um trabalho que começou há cerca de dois meses.

O bloco, que ontem discutiu os relatórios relativos à questão urbana e meio ambiente, presença do Estado na economia, definição de empresa nacional, saúde e previdência e reserva de mercado, realizará mais duas reuniões — segunda e terça-feira da semana que vem, quando dará a redação final às emendas, que serão apresentadas ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral.

Scalco diz que o grupo "progressista", reúne tendências políticas as mais diversas e conflitantes. Es-

tao nesse mesmo barco, por exemplo, Wladimir Palmeira e Luiz Gushiken, do PG, Virgílio Távora (PDS) e Siqueira Campos (PDC).

Dos temas abordados ontem, o senador Severo Gomes, relator do subgrupo que trata da presença do Estado na economia, informou que pouca coisa se modificou em relação ao projeto de Constituição elaborado pelo deputado Bernardo Cabral: a queda do parágrafo 2 do artigo 301 — "as empresas nacionais terão preferência no acesso a créditos públicos subvencionados..." e a supressão dos parágrafos 1, 3 e 4 do artigo 303.

São eles: 1 — a intervenção ou monopólio cessarão assim que desaparecerem as razões que os determinaram; 3 — as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas não poderão gozar de benefícios, privilégios ou subvenções não

extensivas, paritariamente, às do setor privado; 4 — a admissão de empregados nas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas será feita mediante concurso público, vedadas quaisquer contratações ou admissões em desacordo com esse preceito.

Quanto à reserva de mercado, o deputado José Jorge, do PFL, ficou de apresentar uma proposta de emenda na próxima sexta-feira, já que o seu relatório, discutido ontem, não apresenta nenhuma conclusão sobre a matéria.

A questão urbana foi apresentada pelo relator Lúcio Alcântara, do PFL, já na forma de emenda, assim como o deputado Mendes Thame, sobre o meio ambiente: "A Constituição garante, para uso comum da coletividade e benefício das presentes e futuras gerações, o meio ambiente ecologicamente equilibrado".